



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

- TERMO DE REFERÊNCIA -

1. OBJETO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto **Orientar a Contratação de Empresa Especializada na Prestação de Serviços de Manutenção Preventiva e Corretiva de Equipamentos da Lavanderia do Hospital Maternidade do Divino Amor, incluindo reposição de peças, mão de obra, ferramentas, acessórios e componentes**, de forma a manter os equipamentos em perfeito estado de funcionamento. O Hospital faz parte da rede de assistência à saúde do Município de Parnamirim/RN.

2. JUSTIFICATIVA

2.1. O objetivo é garantir a contratação da prestação de empresa especializada em manutenção corretiva e preventiva de equipamentos para que execute o serviço dentro dos padrões técnicos operacionais adequados, visando a melhoria da qualidade e produtividade da assistência à saúde na unidade hospitalar.

2.2. Vale salientar que, a contratação dos serviços descritos neste processo é indispensável para manter a disponibilidade dos equipamentos em virtude da unidade possuir atendimento de urgência e emergência, internação e tratamento intensivo, tendo seu próprio serviço de hotelaria.

2.3. Desta forma, a Secretaria Municipal de Saúde de Parnamirim pretende atender continuamente a demanda dos serviços, prezando sempre por uma gestão técnica eficiente para a conservação da infraestrutura existente.

3. RESULTADOS ESPERADOS

3.1. Espera-se que, com a contratação, a Secretaria Municipal de Saúde – SESAD Parnamirim – possa proporcionar maior eficácia e sem interrupções os serviços de nossa rede, respeitando os princípios básicos legais do sistema de saúde oferecido pelo Município, primando pela preservação e conservação das características de funcionamento dos equipamentos.

78



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

4. ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO

LOTE ÚNICO					
ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QTD	TOMBO	VIGÊNCIA CONTRATUAL
1.1	CALANDRA – Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, acessórios e mão de obra especializada, objetivando o pleno funcionamento do equipamento. Marca: SUZUKI Modelo: 520.E Número de Série: 01.2007.025	SERVIÇO	01	PMP 21.365	ANUAL
1.2	SECADORA 20kg – Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, acessórios e mão de obra especializada, objetivando o pleno funcionamento do equipamento. Marca: SUZUKI Modelo: 330.E Número de Série: 01.2007.024	SERVIÇO	01	PMP 04.541	ANUAL
1.3	SECADORA 25kg – Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, acessórios e mão de obra especializada, objetivando o pleno funcionamento do equipamento. Marca: SUZUKI Modelo: 330.E Número de Série: 01.2007.024	SERVIÇO	01	PMP 21.370	ANUAL
1.4	LAVADORA EXTRATORA – CAPACIDADE 24 Kg – Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, acessórios e mão de obra especializada, objetivando o pleno funcionamento do	SERVIÇO	01	PMP 52.813	ANUAL

7/8



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

	equipamento. Marca: UNIMAC Modelo: UHC240I0B0QU2CD0AA Número de Série: 240FXB000482MH				
1.5	LAVADORA EXTRATORA - CAPACIDADE 24 Kg - Serviço de manutenção preventiva e corretiva, com fornecimento de peças de reposição, acessórios e mão de obra especializada, objetivando o pleno funcionamento do equipamento. Modelo: UHC240I0B0QU2CD0AA Número de Série: 240FXB000484MH	SERVIÇO	01	PMP 52.814	ANUAL

4.1. DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA

4.1.1. Os serviços de manutenção preventiva são procedimentos adotados com o objetivo de otimizar a utilização dos equipamentos, reduzindo o desgaste de uso, evitando danos, interrupção ou suspensão do funcionamento dos mesmos.

4.2. DA MANUTENÇÃO CORRETIVA

4.2.1. Os serviços de manutenção corretiva são procedimentos de substituição de peças e reparos/consertos necessários a sanar defeitos/falhas dos equipamentos que possam acarretar ou tenham acarretado a danificação ou interrupção/suspensão do funcionamento dos mesmos.

4.3. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS DOS OBJETOS:

- Aferir o funcionamento do aparelho e testar seus componentes de acordo com as especificações técnicas originais do aparelho, para garantir desempenho e segurança no uso;
- Realizar calibração, quando, apresentar disparidade entre o funcionamento e as especificações técnicas quanto seu funcionamento;
- Realizar lubrificação de componentes articulados e rodízios, a fim de garantir o transporte seguro do equipamento;
- Substituir peças e acessórios, com falhas ou defeito, que venham a impedir o funcionamento correto do aparelho;
- Substituir peças que tenham a vida útil finalizada conforme o prazo de validade, mesmo apresentando conformidade no seu funcionamento, para prevenir possível defeito.

rs



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

4.4. DESCRITIVO SEPARADO POR LOTE

4.4.1. Sabe-se que a opção pela adjudicação por lote composto por itens distintos, e sem correlação entre si, contraria as disposições da Lei nº 8.666/93 e a jurisprudência predominante do Tribunal de Contas da União - TCU. A legislação invocada indica a forma preferencial para a aquisição de produtos, sugerindo que se evite aglutinar bens sem correlação para evitar restrição ao caráter competitivo da licitação.

4.4.2. Não obstante, este Termo de Referência contém produtos que obedecem a estrita conexão possibilitando a diversos fornecedores do ramo, cotarem o serviço junto em lote, pois não se trata de serviços raros nem de modelos especialíssimos. Assim, suas junções em lotes tende a facilitar, inclusive, a logística para a gestão de contratos e execução do serviço, e tende a afastar, também, a possibilidade de deserção do pregão (o que comumente acontece quando os valores dos objetos licitados não são atrativos para o licitante).

5. DO PRAZO e EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. O prazo para início da prestação do serviço será de no máximo 10 (dez) dias úteis, contados da assinatura do contrato e emissão da nota de empenho.

5.2. A CONTRATADA prestará o serviço de **MANUTENÇÃO PREVENTIVA**, obedecendo aos seguintes critérios:

5.2.1. O serviço deverá ser realizado onde os equipamentos estão instalados, através de visitas periódicas, UMA VEZ POR MÊS, no Hospital Maternidade do Divino Amor – HMDA, na Avenida Tenente Medeiros, 145, Centro, Parnamirim/RN, de segunda-feira a sexta-feira, no horário comercial de 08h00min as 17h00min;

5.2.2. As visitas deverão ser comunicadas ao setor responsável da CONTRATADA, consistindo em: Verificação técnica nos equipamentos; Execução de ajustes e testes de funcionamento dos equipamentos, substituição de peças, acessórios e demais serviços necessários ao perfeito funcionamento dos equipamentos, com a finalidade de conservar os mesmos em condições de operação de modo que sua utilização pela CONTRATANTE não venha a ser interrompida;

5.2.3. A CONTRATADA deverá fornecer ao gestor do contrato ou outro servidor responsável, o relatório (Check-List em duas vias) de cada equipamento a ser executada a manutenção preventiva;

5.2.4. A manutenção preventiva ocorrerá de acordo com o cronograma previamente estabelecido pela CONTRATADA, independente da ocorrência de chamados para manutenção corretiva;



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

5.2.5. Os serviços de manutenção preventiva deverão ser realizados por técnicos especializados, que será responsável pela emissão do relatório dos serviços executados a cada visita;

5.2.6. A utilização, por parte da CONTRATADA, de equipamentos e acessórios próprios para manutenção ocorrerá sem ônus para a CONTRATANTE;

5.2.7. Caso haja necessidade, pela natureza do equipamento da CONTRATADA, a verificação do funcionamento em geral dos objetos será realizada por meio de equipamentos de aferição, com certificado comprobatório, conforme determinam as normas do fabricante;

5.2.8. Os funcionários que prestarão o serviço deverão estar sempre uniformizados, atentando para o horário de funcionamento dos setores e manutenção da limpeza e ordem do local de serviço;

5.2.9. Considerando que seja informada a CONTRATADA a existência de equipamentos inoperantes, a mesma deverá realizar a primeira manutenção preventiva no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Ordem de Serviço;

5.2.10. A CONTRATADA comunicará por escrito, em papel timbrado da empresa, à CONTRATANTE, a impossibilidade de execução de quaisquer solicitações de serviços, justificando-a, no prazo máximo de 24 horas após o chamado da unidade.

5.3. A CONTRATADA prestará o serviço de **MANUTENÇÃO CORRETIVA**, obedecendo aos seguintes critérios:

5.3.1. As manutenções corretivas terão caráter emergencial e as chamadas deverão ser atendidas no prazo máximo de 06 (seis) horas, de domingo a domingo, no horário das 08h00min às 17h00min, em virtude de atender a unidade que funciona ininterruptamente.

5.3.2. As manutenções corretivas serão realizadas sempre que solicitadas pela CONTRATADA, onde se encontra(m) o(s) equipamento(s);

5.3.3. Na hipótese de atrasos nos atendimentos, a CONTRATADA sofrerá penalidades, salvo se justificar por escrito, os motivos determinantes do mencionado atraso, para análise da CONTRATANTE, que decidirá ou não pela aplicação da penalidade;

5.3.4. Imediatamente após a realização dos serviços, a CONTRATADA deverá apresentar ao CONTRATANTE o "Relatório de Serviços", no qual constarão as ocorrências, os serviços executados,



**PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR**

inclusive os decorrentes de peças, acessórios ou componentes substituídos, que serão assinados pelo técnico de sua responsabilidade e pelo representante designado pela CONTRATANTE;

5.3.5. Os consertos e reparos serão realizados sempre que possível nas dependências da CONTRATANTE, sendo que, na hipótese de realização dos consertos fora dos locais indicados, as despesas com transporte, bem como os riscos decorrentes desta operação, correrão por conta da CONTRATADA, devendo os equipamentos serem entregues consertados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo justificativa aceita pela CONTRATANTE;

5.3.6. A CONTRATADA, no momento da entrega do equipamento e na presença de um profissional designado pela CONTRATANTE, realizará teste de funcionamento no equipamento, devendo tal procedimento ser atestado pelo profissional designado, mediante assinatura, carimbo e horário do real funcionamento;

5.3.7. Para o bom desempenho dos serviços contratados, a CONTRATADA elaborará cronograma de atendimento que acontece, conforme o tipo de equipamento, até o último dia útil do mês anterior, para atender as manutenções preventivas, devendo o CONTRATANTE estando de acordo com os procedimentos a serem adotados, dar um ciente.

5.4. SUBSTITUIÇÃO E/OU REPOSIÇÃO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS:

5.4.1. Se for constatado que as peças e/ou acessórios dos equipamentos encontram-se irremediavelmente danificadas, a CONTRATADA deverá comunicar a CONTRATANTE para informar especificações das peças para compra, sob sua responsabilidade e às suas expensas;

5.4.2. Os componentes substituídos deverão ser originais e de primeira qualidade, sendo possível a indicação de similares, para os casos em que não for (em) mais fabricado(s), desde que, seja garantido o perfeito funcionamento dos equipamentos e não sejam modificadas suas características básicas, plenamente justificadas e após orientação da CONTRATANTE;

5.4.3. Os serviços de reposição de peças, componentes e acessórios eventualmente substituídos somente serão considerados a contento, após realização de testes e aprovação da CONTRATANTE;

5.4.4. A CONTRATADA se obriga a reparar, corrigir, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os serviços de manutenção rejeitados pela fiscalização da CONTRATANTE em função de defeitos e/ou incorreções, resultantes da sua execução ou dos materiais empregados;

5.4.5. Na execução dos serviços, estão incluídos a mão de obra comum e especializada, a supervisão, o fornecimento de materiais, instrumentos, ferramentas e utensílios necessários à manutenção dos equipamentos;



**PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR**

5.4.6. No(s) caso(s) do(s) equipamento(s) com fornecimento de peças e/ou componentes cobertos, a CONTRATADA terá um prazo de, no máximo, 05 (cinco) dias úteis, após da solicitação inicial da CONTRATANTE, para informar o reparo com a substituição da(s) peça(s) e/ou componente(s) danificado(s);

5.4.7. Nos casos em que o contrato não prevê a cobertura de peças e/ou componentes ou os mesmos estiverem explicitamente excetuados de fornecimento por cláusula contratual, a CONTRATADA deverá apresentar o(s) orçamento(s) para o fornecimento, do material em questão, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas a partir da constatação da necessidade de substituição. Após a autorização da compra, referente ao orçamento em questão, a substituição da(s) peça(s) e/ou componente(s) defeituoso(s) deverá ser realizada no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis. Caso este prazo não seja cumprido, a CONTRATANTE poderá descontar, do total faturado mensalmente pela CONTRATADA, o valor dos dias nos quais o equipamento permaneceu inoperante após a confirmação da liberação do empenho.

5.5. As manutenções preventivas e/ou corretivas deverão ser executadas no próprio local, onde os equipamentos estão instalados. A retirada do(s) equipamento(s) ou qualquer uma de suas peças, componentes ou acessórios terá que ser autorizada pela gerência da unidade de saúde. Na ocasião da devolução deste(s), a unidade de saúde deverá ser comunicada previamente para autorizar a entrega e atestar o recebimento e a execução do serviço. Toda e qualquer despesa (transporte, estadia, seguro e entre outros) relativa à remoção e devolução destes itens serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA;

5.6. A CONTRATADA está obrigada a fornecer instruções técnicas aos operadores e/ou ministrar treinamento, quando a gerência da unidade de saúde julgar conveniente, para melhor empregar os recursos do(s) equipamento(s);

5.7. A CONTRATADA está obrigada a sujeitar-se à ampla e irrestrita fiscalização, pela CONTRATANTE ou por quem ela indicar para tal, prestando todos os esclarecimentos requisitados e atendendo às solicitações formuladas.

5.8. DAS GARANTIAS

5.8.1. Os prazos e as condições de garantia dos produtos e do serviço necessários à execução do objeto serão de 90 (noventa) dias de acordo com as definidas pela legislação (Código Civil Brasileiro e Código de Defesa do Consumidor) em vigor.

78



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

6. ADJUDICAÇÃO DO OBJETO

- 6.1. Será vencedora a empresa que apresentar o MENOR PREÇO POR LOTE;
- 6.2. A CONTRATADA deverá apresentar uma planilha com os valores das peças e acessórios de acordo com o fabricante

7. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 7.1. O pagamento será efetuado por meio de ordem bancária, na agência e estabelecimento bancário indicado pela CONTRATADA, conforme prazos estabelecidos nas Resoluções nº 28/2020 do TCE/RN, e na Lei Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores;
- 7.2. O pagamento somente será autorizado depois de efetuado o "atesto" pelo servidor competente, condicionado este ato à verificação da conformidade da Nota Fiscal apresentada em relação aos serviços efetivamente prestados, devidamente acompanhada das comprovações mencionadas no Inciso I do Artigo 36, da IN/SLTI nº 005/2017;
- 7.3. Regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, ou na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei 8.666/93;
- 7.4. O CNPJ constante da Nota Fiscal de deverá ser o mesmo indicado no Empenho, na liquidação e no domicílio bancário;
- 7.5. Atestada(s) a(s) nota(s) fiscal (is), a responsabilidade da CONTRATADA subsiste na forma da Lei;
- 7.6. A Nota Fiscal de deverá estar bem explícito na sua descrição os quantitativos unitários por item, o preço unitário por item, o preço total por item. E nas observações das Nfe o número do Empenho, o número do contrato, o número do pregão eletrônico e o domicílio bancário;
- 7.7. As Notas Fiscais que forem apresentadas com erro serão devolvidas à CONTRATADA para retificação e reapresentação, acrescendo-se, ao prazo de vencimento, os dias que se passarem entre a data da devolução e a da reapresentação;
- 7.8. As decisões e providências que ultrapassem a competência da Coordenação Administrativa deverão ser solicitadas ao Gabinete da SESAD, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

18



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

8. DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

8.1. A CONTRATADA deverá possuir:

- a) Registro Comercial, no caso de empresa individual.
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito, em se tratando de sociedades comerciais e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.
- c) Inscrição do ato constitutivo no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de Diretoria em exercício.
- d) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- e) Deverá ser apresentado comprovante de registro válido da empresa junto ao CREA, através de certidão de quitação de empresa jurídica, bem como de seu(s) responsável (eis) técnico (s), ou entidade competente, nos termos do artigo 30, inciso I e II da Lei nº 8.666/93.
- f) Possuir em seu quadro permanente pelo menos um profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, ou documento equivalente, relativo (s) à prestação de serviço (s) compatível (eis) com o objeto do referido Termo de Referência.
- g) Possuir em seu quadro permanente mecânico de máquinas devidamente capacitado e devidamente equipado com veículo automóvel com no máximo dois anos de uso para atendimento dos chamados. A empresa deve apresentar comprovação do vínculo e comprovação de sua capacitação para o devido fim.

8.2. Em relação à Regularidade Fiscal possuir:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

18



**PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR**

- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, Estaduais e municipais;
- c) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- h) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante apresentação de Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;
- i) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas - CNDT, de acordo a Lei nº 12.440/11.
- j) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (CFB, Art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99).

9. DAS OBRIGAÇÕES PARA O SERVIÇO

9.1. DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

- 9.1.1. Emitir a nota de empenho;
- 9.1.2. Prestar as informações e os esclarecimentos atinentes ao objeto que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- 9.1.3. Exercer a fiscalização dos serviços prestados e bens a ser entregues, na forma prevista na Lei nº 8.666/1993, procedendo ao atesto das respectivas faturas, com as ressalvas e/ou glosas que se fizerem necessárias;
- 9.1.4. Proporcionar todas as facilidades para que a CONTRATADA possa cumprir suas obrigações dentro dos prazos e condições estabelecidas no contrato;
- 9.1.5. Rejeitar, no todo ou em parte, a execução do serviço em desacordo com as respectivas especificações;
- 9.1.6. Aplicar à CONTRATADA as sanções administrativas previstas na Lei 8.666/1993.



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

9.2. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.2.1. Executar o objeto do contrato, dentro das descrições, do prazo e demais condições nele estabelecidas;

9.2.2. A CONTRATADA é responsável, direta pela execução do objeto do contrato e, conseqüentemente responde civil e criminalmente, por todos os danos e prejuízos que, na execução dele venha direta ou indiretamente, a provocar ou causar para a CONTRATANTE ou para terceiros;

9.2.3. Responsabilizar-se integralmente pelo fornecimento do serviço, nos termos da legislação vigente, e garantir o cumprimento das atividades, de acordo com as diretrizes estabelecidas para sua realização e com as especificações constantes no orçamento apresentado;

9.2.4. Substituir toda e qualquer peça dos equipamentos que tenham sido trocadas que chegar com defeito ou que vier a apresentar vício de funcionamento durante o período de garantia;

9.2.5. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, incluindo as entregas feitas por transportadoras;

9.2.6. Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse da CONTRATANTE ou de terceiro de que tomar conhecimento em razão da execução do objeto do contrato, sob pena de responsabilidade civil, penal e administrativa;

9.2.7. Manter durante toda a execução do contrato todas as condições exigidas para sua habilitação e qualificação exigidas na formalização do contrato, conforme prevê o inciso XIII, do artigo 55, do Regimento Licitatório, estando a empresa em compatibilidade com as obrigações por assumidas;

9.2.8. Manter, na cidade de Parnamirim/RN ou grande Natal, um preposto com poderes de decisão para representar a empresa, principalmente no tocante à eficiência e agilidade na execução do fornecimento da aquisição objeto da contratação, conforme artigo 68 da Lei 8.666/93, fornecendo números telefônicos e outros meios para contato, devendo tal preposto ser apresentado física e formalmente através de declaração da CONTRATADA desde o primeiro dia de vigência do contrato;

9.2.9. Reportar-se ao Gestor/Fiscal do contrato quando necessário, adotando as providências pertinentes para a correção das falhas detectadas;

9.2.10. Selecionar e preparar rigorosamente seus empregados que fornecerão o serviço, encaminhado pessoas com as funções profissionais pretendidas legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

Handwritten signature

Handwritten signature



**PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR**

9.2.11. Observar conduta adequada na utilização dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios, objetivando a correta execução dos serviços;

9.2.12. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, os danos causados, comprovadamente, por seus empregados, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela CONTRATANTE, podendo ser descontado o valor a ser ressarcido de fatura vincenda, ou ainda, ser cobrado em juízo;

9.2.13. Repor, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, qualquer objeto da CONTRATANTE e/ou de terceiros que tenha sido danificado ou extraviado;

9.2.14. Os serviços deverão ser executados na sede da CONTRATANTE, a qual ocorrerá em dias úteis, no horário das 08h00min as 17h00min de segunda a sexta-feira para manutenções preventivas e para chamados corretivos de domingo a domingo no horário das 08h00 às 17h00.

10. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. Ficará impedida de licitar e contratar com a ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantindo o direito prévio da citação e da ampla defesa, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade à licitante que:

- a) Ensejar o retardamento da execução do certame;
- b) Não mantiver as propostas;
- c) Recusar-se a celebrar o contrato;
- d) Deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame;
- e) Falhar ou fraudar na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo.

10.2. A inexecução total ou parcial das obrigações assumidas sujeitará a CONTRATADA as sanções previstas na Seção II, do Capítulo IV, da Lei nº 8.666/93, podendo a CONTRATANTE, a extensão da falta ensejada, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Suspensão temporária de licitar e impedimento de contratar com a ADMINISTRAÇÃO pelo prazo de até 02 (dois) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a

18

18



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

Administração pelos prejuízos resultantes e depois de decorrido o prazo da sanção aplicada com base na alínea anterior.

10.3. A multa poderá ser descontada no pagamento eventualmente devido à CONTRATADA, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente, observados os seguintes percentuais:

- a) 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor estimado do contrato limitado a 10% (dez por cento) por dia de atraso, no caso de retardamento da execução contratual;
- b) 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do contrato, no caso de recusa injustificada da licitante adjudicatária em firmar o termo de contrato no prazo e condições estabelecidos.
- c) Aplicar-se-á no caso de inexecução total ou parcial, o percentual de 10% (dez por cento), sobre o valor total do objeto contratado.

10.4. As demais sanções poderão ser aplicadas juntamente com a multa, facultada a defesa do interessado no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis.

11. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA E ECONÔMICA FINANCEIRO DO CONTRATADO

11.1. O pessoal técnico deverá ser devidamente habilitado para as manutenções preventivas e corretivas dos equipamentos e a empresa contratada deverá comprovar essa Capacitação Técnica através de pelo menos 02 (dois) atestados / declarações fornecidas por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove aptidão para o cumprimento do objeto que se refere este Termo de Referência.

11.2. Será permitida a substituição do técnico responsável, que o substituto comprove experiência equivalente ou superior e após aprovação desse pelo representante da administração.

11.3. Antes da composição dos valores para esta contratação, as empresas poderão fazer vistoria nos equipamentos e, caso não a faça, não poderão alegar posteriormente desconhecimento do estado geral desses.

11.4. Certidão Negativa de Falência e Recuperação Judicial, expedida pelos Cartórios Distribuidores competentes da sede da pessoa jurídica, emitida há, no máximo 30 (trinta) dias, quando outro prazo de validade não estiver expresso no documento.

11.5. Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que com provem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índice oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

11.6. No caso de fornecimento de bens para pronta entrega, não será exigido da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, a apresentação de balanço patrimonial do último exercício financeiro (artigo 3º do Decreto 8.538, de 2015).

11.7. No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.

11.8. É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

12. DA VISTORIA

12.1. A CONTRATANTE sugere às empresas interessadas a realização de vistoria técnica ao local onde será executado o serviço, precedendo a elaboração de um orçamento, na fase das propostas, examinando o objeto, tomando ciência do estado de conservação, características e eventuais dificuldades para execução do serviço, de modo que, não serão atendidas solicitações sob argumento de falta de conhecimento das condições de trabalho ou de dados da especificação;

12.2. As empresas interessadas que realizarem a vistoria deverão assinar uma Declaração de Vistoria técnica apresentada pela responsável da Contratante;

12.3. A Declaração de vistoria que se refere o item 12.2 deverá compor para fins de instrução processual a proposta apresentada pela empresa interessada.

13. DA FORMALIZAÇÃO DO CONTRATO

13.1. No ato da assinatura do contrato ou da ordem de compra e serviço/contrato, a empresa contratada deverá apresentar:

a) Certidões Negativas de: INSS, FGTS, TRABALHISTA, TRIBUTOS MUNICIPAIS, ESTADUAIS e FEDERAIS;

b) Declaração de que não possui em seu quadro de pessoal atuando em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, menores de 18 (dezoito) anos e de qualquer trabalho menores de 16 (dezesesseis) anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos (CFB, Art. 7º, inciso XXXIII, c/c a Lei nº 9.854/99;

13.2. Indicar um preposto com poderes de decisão para representar a empresa, principalmente no tocante à eficiência e agilidade na execução do objeto da contratação, conforme artigo 68 da Lei 8.666/93, fornecendo números telefônicos e outros meios para contato, devendo tal preposto ser



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

apresentado física e formalmente através de declaração da CONTRATADA desde o primeiro dia de vigência do contrato;

13.3. REAJUSTE

13.3.1. Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação das propostas, poderá o contratado fazer *jus* ao reajuste do valor contratado pelo **Índice Geral de Preço de Mercado (IGP-M)** que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratado, na forma que dispõe a Lei nº 8.666/93.

13.3.2. O critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela, conforme o Artigo 40, Inciso XI da Lei 8.666/93.

14. ORÇAMENTO ESTIMADO

14.1. Conforme Mapa de Pesquisa Mercadológica;

15. FISCALIZAÇÃO

15.1. Será de responsabilidade do Setor do Hospital Maternidade do Divino Amor - HMDA, nomear servidor, com o dever de fiscalizar, visando à execução do objeto de acordo com o que consta neste Termo de Referência.

16. DO TEMPO DO CONTRATO

16.1. Após a homologação da licitação, será firmado Termo de Contrato. O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses e poderá ser renovado por iguais e sucessivos períodos, conforme conveniência e disponibilidade da CONTRATANTE, até o limite de 60 meses;

16.2. A CONTRATADA terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar o instrumento equivalente, conforme o caso, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste termo de referência;

16.3. Se a CONTRATADA, no ato da assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, não comprovar que mantém as mesmas condições de habilitação, ou quando,

18



PREFEITURA DE PARNAMIRIM
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
HOSPITAL MATERNIDADE DO DIVINO AMOR

injustificadamente, recusar-se à assinatura ou aceite, poderá ser convocado outro licitante, desde que respeitada a ordem de classificação, para, após a verificação da aceitabilidade da proposta, negociação e comprovados os requisitos de habilitação, celebrar a contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Termo de Referência e das demais cominações legais.

17. DA APROVAÇÃO DA AUTORIDADE COMPETENTE

17.1. A autoridade competente para aprovar o Termo de Referência e responder sobre as questões formuladas durante o certame e após sua conclusão, atinentes ao que foi definido neste Termo é a Secretária Municipal de Saúde.

Parnamirim/RN, 17 de agosto de 2021.

2/ 
Dr.ª Júlia Ferreira Lopes
Diretora Técnica do HMDA
Mat. 9302 - CRM/RN 5221
Ana Michele de Farias Cabral
Diretor Geral - Mat. 4589

DESPACHO

Aprovo o Termo
em Exemplo.
[Assinatura]

EM 25/08/2021


Karina Figueiredo Medeiros Ferreira
Diretora Administrativa Financeira do HMDA - Mat. 9097


Terezinha G. Rêgo de Oliveira
Secretaria Municipal de Saúde/SESAD
Parnamirim/RN